

RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS E AS CARACTERÍSTICAS DAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS

RELATIONSHIP BETWEEN THE LEVEL OF DISCLOSURE OF RELATED PARTIES AND THE CHARACTERISTICS OF PUBLICALLY TRADED BRAZILIAN COMPANIES

Priscila Ribeiro Faria

Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: priscirf18@gmail.com

Maíra Melo de Souza

Professora Doutora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Doutora em Administração e Mestre em Contabilidade pela UFSC

E-mail: mairameloufsc@gmail.com

Recebido em 8 de janeiro de 2021

Publicado em 01 de julho de 2021

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo verificar a relação entre o nível de evidenciação das partes relacionadas e as características das companhias de capital aberto brasileiras. Para atingir o objetivo do estudo, foi elaborada uma Lista de Verificação de acordo com os itens de exigências apresentados no CPC 05 (R1), visando obter o nível de evidenciação das empresas analisadas. Posteriormente, foram analisadas as Notas Explicativas, referentes ao ano de 2016, de 76 empresas listadas na ação IBRX 100 da Bolsa de Valores Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Para a análise dos resultados, utilizou-se um modelo de Regressão Múltipla tendo como variável dependente o nível de evidenciação, e como variáveis independentes: a emissão de *American Depositary Receipt* (ADR's) na *New York Stock Exchange* (NYSE); o nível de governança corporativa; se possui Comitê de Auditoria; o tamanho e a rentabilidade do ativo. Os resultados demonstraram que somente a variável independente tamanho se mostrou significativamente relevante para explicar o nível de evidenciação com partes relacionadas, sugerindo que as companhias maiores divulgam mais informações sobre partes relacionadas. Além disso, quanto ao nível de evidenciação das companhias, verificou-se uma média de 55,36% na amostra analisada, o que demonstra que as companhias ainda precisam melhorar suas práticas de evidenciação para atender plenamente o CPC 05 (R1).

Palavras-chave: Partes Relacionadas; CPC 05 (R1); IAS 24; Evidenciação contábil.

abstract

This study aimed to verify the relationship between the level of disclosure of related parties and the characteristics of publically traded brazilian companies. To achieve the objective of the study, a Checklist was prepared in accordance with the reference items in CPC 05 (R1), in order to obtain the level of disclosure of the companies analyzed. Subsequently, the Explanatory Notes, referring to the year 2016, of 76 companies listed in the IBRX 100 stock of the Stock Exchange Brazil, Bolsa e Balcão (B3) were analyzed. For the analysis of the results, a Multiple Regression model was used with the variable dependent on the level of disclosure, and as independent variables: the issuance of American Depositary Receipt (ADR's) on the New York

Stock Exchange (NYSE); the level of corporate governance; if it has an Audit Committee; the size and profitability of the asset. The results showed that only the variable size was adequate to explain the level of disclosure with related parties, suggesting that larger companies disclose more information about related parties. In addition, regarding the level of disclosure of companies, there was an average of 55.36% in the sample analyzed, which demonstrated that societies still need to improve their evidence practices to fully comply with CPC 05 (R1).

Keywords: *Related parties; CPC 05 (R1); IAS 14; Disclosure.*

1 INTRODUÇÃO

A apropriada evidenciação contábil (*disclosure*) no mercado de capitais é de fundamental importância à redução da disparidade informacional entre os usuários internos (gestores/administradores) e os usuários externos (acionistas/investidores) de uma empresa. Sendo assim, tal evidenciação ganha relevância, seja ela de forma obrigatória, por meio das leis e/ou normas existentes, ou de forma voluntária, ao permitir que seus usuários, interpretem as informações e os resultados da mesma empresa sob iguais conceitos. (LOPES; MARTINS, 2005; BORGERTH, 2007; BRAMMER; PAVELIN, 2008; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2009).

Malacrida e Yamamoto (2006) discorrem que a evidenciação das informações, por parte das empresas, deve ser clara, objetiva e completa, possibilitando maior confiabilidade e segurança no processo de tomada de decisão. Ou seja: é de suma importância a comunicação entre a empresa e os diversos usuários interessados em avaliar o desempenho da mesma. Nestes mesmos termos, Bachir (2013) expõe que um melhor nível de evidenciação das informações contábeis auxilia na transparência destas divulgações e pode proporcionar às empresas o alcance de um menor custo.

Nekhili e Cherif (2011) explicam que uma transação com uma parte relacionada está associada ao envolvimento de uma empresa e a entidade à qual ela se relaciona. Como por exemplo, um acionista controlador, um diretor, um gerente ou ainda empresas que estejam sob o mesmo controle ou com as quais elas estejam filiadas, e, até mesmo suas coligadas. A título de um melhor esclarecimento, cita-se, aqui, a compra e venda de ativos, contratos de cessão ou recebimento de bens e serviços, empréstimos, entre outros.

Neste contexto, é relevante o estudo da evidenciação das Transações com Partes Relacionadas que, no Brasil, é abordado pelo pronunciamento contábil CPC 05 (R1) correlacionado com a norma internacional IAS 24 (*Related Party Disclosures*) emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

No que se refere às transações com partes relacionadas, o CPC 05 (R1) define que compreendem toda e qualquer transferência de recursos, serviços ou obrigações ocorridas entre a empresa que reporta a informação e a sua parte relacionada. Complementarmente, além de outras informações, o pronunciamento define como partes relacionadas uma pessoa física ou uma entidade ou mesmo, um membro próximo da família dessa pessoa física que esteja associado com a entidade que reporta a

informação.

As transações com partes relacionadas são mais propensas a existências de conflitos de interesses, visto que, em ambientes, como o brasileiro, com elevada concentração de propriedades, em que normalmente o proprietário é o próprio controlador, estas transações podem ser usadas pelo controlador em benefício próprio, utilizando-se da sua condição em prol dos seus interesses, o que pode afetar significativamente os resultados da empresa, por isso a importância na divulgação das informações com partes relacionadas. (GORDON; HENRY; PALIA, 2004; CHEUNG; RAU; STOURAITIS, 2006; SILVEIRA; PRADO; SASSO, 2008)

Magalhães, Pinheiro e Lamounier (2011) ressaltam relevantes casos envolvendo manipulação nas informações de transações com partes relacionadas, dentre os quais eles mencionam o caso Enron com lucros ilusórios; Worldcom e seus empréstimos aos executivos; Parmalat que concedeu empréstimos para empresas de posse do controlador; e Agrenco que concentrou seus recursos através de operações comerciais para as empresas dos seus administradores.

Com relação ao Brasil, pode-se citar, em particular, um caso envolvendo uma grande empresa, a Petrobras. De acordo com notícia publicada na Revista InfoMoney, em 22 de janeiro de 2015, a companhia afirmou, através de um comunicado, que seu balanço do terceiro trimestre do ano de 2014 poderia apresentar perdas financeiras, incluindo a avaliação individual de ativos e fornecimento de bens e serviços firmados em contratos com empresas envolvidas nos esquemas de corrupção investigadas pela Operação Lava Jato. Esse ambiente abre caminho para que sejam feitas pesquisas envolvendo a evidência das transações com partes relacionadas.

Diante do exposto, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a relação entre o nível de evidência das partes relacionadas e as características das companhias de capital aberto brasileiras? O objetivo deste estudo é verificar a relação entre o nível de evidência das partes relacionadas e as características das companhias de capital aberto brasileiras.

No âmbito internacional existem diversas pesquisas que buscam explicar as políticas de divulgação de informações financeiras entre as partes relacionadas. Porém, apesar de o tema ser de grande importância, até aqui, dos trabalhos encontrados, foram poucos que buscaram verificar a relação entre o nível de evidência com partes relacionadas no Brasil. Assim, espera-se que o presente estudo seja visto como mais uma possibilidade de vislumbre e meio de se evidenciar a maneira que as companhias de capital aberto brasileiras estão divulgando suas transações com partes relacionadas, bem como as características associadas ao seu nível de evidência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL NO MERCADO DE CAPITAIS

Ponte e Oliveira (2004) afirmam que as empresas de capital aberto, através das demonstrações contábeis tradicionais, são responsáveis por disponibilizar um conjunto mínimo de informações, pois é desta forma que as empresas transmitem o seu desempenho, sucesso ou fracasso, aos seus usuários externos. Porém, apenas essas informações parecem não ser suficientes para o atendimento às necessidades dos seus usuários. Portanto, faz-se necessário destacar a evidenciação de informações complementares, por meio do Relatório da Administração e das Notas Explicativas.

Neste contexto, Nascimento, Santo e Vicente (2012) expõem que os demonstrativos contábeis, além de mostrarem a realidade da empresa, devem apresentar informações com qualidade e transparência suficiente para atender as necessidades dos usuários da Contabilidade a fim de auxiliar nas suas tomadas de decisões.

Malacrida e Yamamoto (2006) discorrem sobre cinco possíveis benefícios que uma companhia, através de uma melhor evidenciação, pode obter: aumento da credibilidade dos gestores; mais investidores de longo prazo; maior monitoramento por parte dos analistas; melhor acesso a novos capitais e melhor avaliação do preço das ações. Ou seja, maior qualidade e transparência de informações divulgadas pelas empresas ao mercado de capitais estão diretamente relacionadas com maiores possibilidades de interesses de investimentos com baixo custo de capital.

Em adição, Belo e Brasil (2006) ressaltam que a falta de divulgação pode ocasionar assimetria informacional. A assimetria informacional acontece quando existe distinção entre o nível de informação ao qual o gestor possui em relação a um investidor externo à empresa, como, por exemplo, o tomador de um empréstimo tem melhor conhecimento na sua capacidade de pagamento do que aqueles que o emprestam. Em tais relações, de assimetria informacional, tendem a ocorrer conflitos de interesses, caso a informação seja utilizada apenas para benefício próprio.

Diante do exposto, Albanez e Valle (2009), afirmam que, no mercado de ações, companhias que possuem informações assimétricas mais elevadas possuem dificuldade de obter financiamentos. Ou seja, a empresa que possui menos assimetria de informação pode adquirir maior acesso aos mercados, bem como a obtenção de financiamentos por parte de acionistas e credores.

Nessa mesma linha de raciocínio, Pereira *et al.* (2005) afirmam que, com o aumento na quantidade de investidores estrangeiros e a facilidade no acesso, às ações das empresas, a evidenciação de informação torna-se essencial para o posicionamento dessas empresas no mercado. Nesse sentido, Soares (2010) salienta que a adequada evidenciação (*disclosure*) pode trazer como benefícios o aumento na liquidez das ações da empresa e a redução no custo do capital próprio.

Assim, destaca-se a importância da evidenciação nas transações com partes relacionadas, visto que tais operações podem trazer prejuízos aos usuários externos quando utilizadas inadequadamente. Este tema está abordado no próximo tópico deste

trabalho.

2.2 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme o CPC 05 R1 (2010), as transações com partes relacionadas são uma característica normal do comércio e dos negócios, tendo como exemplo a frequente realização das atividades das empresas, por meio das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) e das coligadas. Ou seja, a companhia possui capacidade de afetar as políticas da investida, no âmbito financeiro e operacional, através do seu controle (no caso de controladas) ou influência significativa (se for o caso de coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto).

Neste contexto, Magalhães, Pinheiro e Lamounier (2011) ressaltam a importância da publicação das informações das transações, dos saldos existentes, incluindo os de compromissos e os de relacionamentos da entidade com as partes relacionadas, por afetarem diretamente as decisões dos usuários das demonstrações contábeis, até mesmo no que se refere às avaliações de riscos e de oportunidades para a entidade. Em seus resultados, eles constataram grandes falhas de informações nos relacionamentos entre controladora e controlada sem transações no período e, também, no que se refere à estimativa e ao registro da despesa com créditos de liquidação duvidosa de partes relacionadas ou dívidas incobráveis.

Matos e Galdi (2014), a fim de comprovar a tese de que uma controladora pode exercer poder sobre sua controlada, através de transações que ocasione benefício próprio, a venda de uma mercadoria para a controlada com preço acima do valor de mercado, porém com pagamento de longo prazo, evidenciando que transações com partes relacionadas podem ser ferramentas de grande importância na potencialização de interesses de controladoras, no gerenciamento de resultados e na expropriação de recursos minoritários.

Outra transação com potencial para gerar conflito de interesse está relacionada aos ambientes empresariais que possuem o mesmo grupo econômico, como por exemplo, empresas familiares ou de amigos. Estas transações podem implicar ausência de regularidade entre o valor da companhia e o resultado particular dos que de fato possuem o poder de decisão, visando à maximização da remuneração pessoal. É por isso que estes ambientes merecem uma atenção especial às suas transações com partes relacionadas. (SILVEIRA; PRADO e SASSO, 2008).

Nessa linha de raciocínio, Souza, Knupp e Borba (2013) no que se refere às transações com partes relacionadas, identificaram dois pontos de vista: o primeiro com relação ao conflito de interesse, considerando que as transações podem ser significativamente prejudiciais para as controladas ao serem realizadas por interesses próprios daqueles que possuem o controle das decisões, utilizando de má fé essas transações; e, o segundo, com relação às transações eficientes, evidenciando que tais transações podem trazer benefícios econômicos para a companhia quando praticadas e

evidenciadas adequadamente.

Na mesma linha dessas afirmações, Knupp (2013) afirma que a variável de maior importância no determinante de que o uso das transações com partes relacionadas será positivo ou negativo está ligado ao preço de transferências entre essas partes, objetivando a avaliação de desempenho e a maximização de lucro. Se manipulados, esses preços podem ser utilizados de forma a transferir riquezas através do gerenciamento de resultados, trazendo assim maior valor à empresa. Ou seja, quanto mais uma empresa compra dos seus relacionados, melhor será o seu desempenho.

Assim, no que diz respeito às transações com partes relacionadas, a maior preocupação das normas de contabilidade, de fato, é a evidenciação adequada nas Notas Explicativas, com informações fidedignas aos usuários e que apoiem a sua tomada de decisão.

2.3 ESTUDOS SEMELHANTES

Como parâmetro para levantamento dos estudos similares foi realizada uma busca na base *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e no site Google Acadêmico, utilizando as seguintes palavras-chave: Partes Relacionadas, CPC 05, IAS 24 e Evidenciação (*Disclosure*). Com base na metodologia adotada foram identificados 6 estudos semelhantes. O Quadro 1 demonstra os referidos trabalhos.

Quadro 1: Pesquisas semelhantes

Autores	Objetivo e período analisado	Resultados
Gordon, Henry e Palia (2004).	Com o objetivo de avaliar as transações com partes relacionadas para uma ampla base de empresas de capital aberto, os autores analisaram uma amostra de 112 empresas nos anos fiscais 2000 e 2001.	Os resultados mostraram que, com relação à governança corporativa, os mecanismos associados às transações com partes relacionadas e seu impacto no valor da empresa suportaram a hipótese de que existem conflitos de interesse entre os gerentes/membros do conselho e seus acionistas.
Nekhili e Cherif (2011).	O estudo teve como objetivo estudar o impacto das transações de partes relacionadas no valor da empresa e identificar as características de propriedade e governança das empresas envolvidas neste tipo de transações. Foram analisadas 85 empresas listadas na Bolsa de Valores de Paris durante o período 2002 a 2005.	Os resultados revelaram que as transações com partes relacionadas são influenciadas principalmente pelos direitos de voto detidos pelo acionista principal, o tamanho do conselho de administração, o grau de independência de que goza o comitê de auditoria e o conselho de administração, a escolha do auditor externo, a taxa de endividamento e o fato de estar listado nos EUA.
Magalhães, Pinheiro e Lamounier (2011).	O objetivo da pesquisa foi identificar os fatores capazes de influenciar a compreensão do comportamento das empresas, listadas no Novo Mercado da B3, com relação às políticas de divulgação sobre as partes relacionadas. Foram analisadas as Notas Explicativas do ano de 2010.	Os autores constataram que grande parte das divulgações eram, por muitas vezes, resumidas e com informações confusas. Revelaram, também, que o nível de evidenciação sobre partes relacionadas nas Notas Explicativas das empresas é explicado principalmente pelo tempo de existência da empresa.

Souza, Knupp e Borba (2013).	O estudo teve como objetivo identificar características associadas ao valor total das transações com partes relacionadas nas empresas de capital aberto brasileiras, no ano de 2011.	Os resultados, na amostra pesquisada, revelaram que, em média, quanto maior o número de controladas e coligadas, maiores os valores relacionados a transações com partes relacionadas.
Knupp (2013).	A pesquisa teve como objetivo verificar as variáveis determinantes das transações entre partes relacionadas nas 100 maiores empresas brasileiras listadas na B3. Foram analisados os anos de 2009 a 2011.	Os resultados apresentaram que as transações com partes relacionadas são mais comuns quando há uma relação de controle entre as partes e que os financiamentos foram os principais objetos de contratos.
Matos e Galdi (2014).	O objetivo do estudo foi averiguar o impacto das transações entre partes relacionadas na <i>performance</i> operacional de empresas brasileiras listadas na B3 entre os anos de 2008 e 2009.	Os autores encontraram relação positiva entre as transações de compras, vendas e empréstimos e a <i>performance</i> operacional da empresa (mensurada pelo EBITDA) e encontraram influência negativa nas métricas de performance das empresas (ROA e EBITDA) nas transações com empréstimos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos estudos anteriores, Gordon, Henry e Palia (2004) constataram que as transações com partes relacionadas são amplamente divulgadas e comuns aos executivos e membros do conselho não executivo. Os empréstimos prevaleceram, porém transações como compras ou serviços diretos foram três vezes mais comuns. Ao examinarem as relações entre partes relacionadas e mecanismos de governança corporativa encontraram evidências que implicaram em conflitos de interesse.

Nekhili e Cherif (2011) relataram que as transações realizadas diretamente com os acionistas principais, representaram o valor da empresa, sendo mais prejudiciais para pequenos acionistas, pois são determinadas principalmente pelos direitos de voto detidos pelos acionistas principais. O tamanho do conselho de administração está diretamente relacionado à quantidade de transações com partes relacionadas. A presença de diretores independentes no conselho e o comitê de auditoria, embora devessem contribuir na redução de transações com subsidiários e empresas filiadas, contraditoriamente, demonstraram promover transações realizadas com os principais acionistas, diretores e/ou gerentes.

Magalhães, Pinheiro e Lamounier (2011) concluíram que as falhas encontradas, assim como divulgações resumidas e informações confusas, podem abrir margem para dupla interpretação ou interpretação equivocada.

Já Souza, Knupp e Borba (2013), através de seus resultados, constataram que essas transações também podem incorrer em intenções estratégicas ou financeiras vinculados a participações acionárias de controle ou influência significativa, com o intuito de realização de transações que tenham em vista o atendimento de propósitos operacionais nas empresas as quais estão ligadas.

Knupp (2013), no cumprimento do seu objetivo, ressaltou que a falta de padronização nos 81 formulários de referência analisados dificultou a interpretação e análise dos dados expostos, exigindo muito tempo, ao usuário das informações, para organizar e compreender os dados.

Matos e Gandi (2014), em seus resultados, concluíram que as empresas controladoras utilizam as transações de compras com suas controladas para aumentar seus retornos operacionais, ou seja, transações com partes relacionadas são ferramentas importantes na potencialização de interesses de controladoras, no gerenciamento de resultados e na expropriação de recursos minoritários.

Ao observar os estudos apresentados no Quadro 1, é possível perceber que, grande parte das empresas analisadas em estudos anteriores, não evidenciaram adequadamente suas informações sobre partes relacionadas ou levaram a crer que suas transações podem ser prejudiciais ao serem realizadas por interesses próprios daqueles que possuem o controle das informações, descumprindo assim com grande parte das normas estabelecidas pelo CPC 05 (R1).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos objetivos, com base no que foi apresentado por Beuren *et al.* (2013), a pesquisa se enquadra na classificação descritiva, pois tem como objetivo principal verificar a relação entre o nível de evidenciação das partes relacionadas e as características das companhias de capital aberto brasileiras.

Quanto à abordagem do problema é quantitativa e qualitativa. No que se refere ao aspecto quantitativo, Beuren *et al.* (2013) explicam que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos. Segundo os mesmos autores, esta abordagem é constantemente utilizada nos estudos descritivos que buscam “descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos”.

No que diz respeito à parte qualitativa, foram analisadas as Notas Explicativas das companhias pertencentes à amostra, por meio de uma lista de verificação, nas quais realizou-se uma análise de conteúdo. Nessa parte da análise, tem-se o aspecto qualitativo, no qual Gil (2012) explica que “quando os documentos se referem a textos escritos ou transcritos, como matéria veiculada em jornais e revistas, cartas, relatórios, cartazes e panfletos, ou à comunicação não verbal, como gestos e posturas, o procedimento analítico mais utilizado é a análise de conteúdo”.

No que compete à obtenção de dados, a pesquisa é documental, dado que a coleta dos dados está restrita as Notas Explicativas da amostra selecionada.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

A população da pesquisa considerou as empresas listadas na ação IBRX 100 da Bolsa de Valores do Brasil, Bolsa e Balcão (B3), excluindo as instituições financeiras pelo motivo destas companhias terem uma estrutura peculiar, sendo recomendável que tais tipos de companhias sejam analisadas em um estudo específico para este tipo de instituição. As informações relativas ao setor foram obtidas de acordo com a

classificação da B3, neste parâmetro, foram excluídas 19 ações referentes a instituições financeiras, restando 81 ações para análise.

O IBRX 100, que é um indicador de desempenho médio das 100 empresas mais negociadas e com maior representatividade no mercado de ações brasileiro, seleciona as empresas através do retorno de suas ações. Sendo assim, para que não houvesse duplicidade de companhias que possuem mais de uma ação, considerou-se uma única vez as respectivas empresas. A Tabela 1 demonstra a quantidade de companhias analisadas por setor.

Tabela 1 – Setor de atuação das empresas.

Setor de Atuação	Total por setor	Mais de uma ação	Amostra final
Bens Industriais	10		10
Consumo Cíclico	21	-1	20
Consumo Não Cíclico	10		10
Materiais Básicos	12	-2	10
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	5	-1	4
Saúde	4		4
Telecomunicações	2		2
Tecnologia da Informação	1		1
Utilidade Pública	16	-1	15
Totais	81	-5	76

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme é possível observar na Tabela 1, já excluídas as instituições financeiras, restaram 81 ações para análise nas quais foram eliminadas aquelas que possuíam mais de uma ação (duplicidade), pelo motivo de se tratar da mesma empresa, desta forma, a pesquisa contou com uma amostra final de 76 companhias que constituíram objeto de estudo no presente trabalho.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para atingir o objetivo do estudo, foi elaborada uma Lista de Verificação, adaptada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 05 (R1) – Partes Relacionadas. Os itens, apresentados no Quadro 2, estão contidos no tópico “Divulgação” do supracitado pronunciamento contábil.

Quadro 2: Lista de Verificação.

Exigências CPC 05 (R1)
Item 13. Relacionamentos entre controladora e suas controladas
Nome da controladora direta
Nome da controladora do nível seguinte da estrutura societária
Item 17. Remuneração do pessoal chave da administração no total e para as categorias
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores
Benefícios pós-emprego
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho
Remuneração baseada em ações
Item 18. Transações entre partes relacionadas durante períodos cobertos pelas demonstrações

contábeis
Natureza do relacionamento entre as partes relacionadas
Montante das transações
Montante dos saldos existentes (saldos a receber ou a pagar na data do encerramento do exercício social)
Prazos e condições referentes garantias dadas e recebidas
Natureza das garantias dadas ou recebidas
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes
Despesa reconhecida durante o período relacionada a dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas
Valores incorridos pela entidade para a prestação de serviços de pessoal-chave da administração, que são fornecidos por entidade administradora separada.
Item 22.
Participação de controladora ou controlada em plano de benefícios definidos que compartilha riscos entre entidades de grupo econômico

Fonte: Elaborado pelos autores com base no CPC 05 (R1).

Através da Lista de Verificação, composta por 15 itens, foram analisadas as Notas Explicativas das 76 companhias componentes da amostra, relativas ao exercício social de 2016. Assim, pode-se perceber de que forma as empresas de capital aberto brasileiras estão evidenciando suas informações no que se refere às partes relacionadas.

3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Para análise dos resultados, utilizou-se um modelo de Regressão Múltipla na qual a variável dependente é o Nível de evidenciação das partes relacionadas e as variáveis independentes são: emissão de *American Depositary Receipt* (ADR's) na *New York Stock Exchange* (NYSE); nível de governança corporativa; se possui Comitê de Auditoria; tamanho (Total do Ativo); e Rentabilidade do ativo. Os próximos tópicos apresentam os detalhes dos procedimentos de análise adotados.

3.4.1 Nível de evidenciação (variável dependente)

Utilizando-se da lista de verificação elaborada, conforme explicado no tópico 3.3, o nível de evidenciação foi medido por meio de um índice. Para cálculo do índice de evidenciação, foram utilizados os seguintes parâmetros: atribuiu-se 1 para evidenciação; 0 para não evidenciação; e NA para os casos em que determinado item da lista de verificação não se aplica. Dessa forma, os índices foram calculados individualmente para cada companhia da amostra e os mesmos foram obtidos pela soma dos itens divulgados pela companhia divididos pelo total de itens da lista de verificação menos os casos identificados como NA. Para análise da evidenciação foram analisadas as Notas Explicativas.

3.4.2 Emissão de ADR's na NYSE

Souza *et al.* (2015) relatam que os Estados Unidos (EUA) possuem normas mais rígidas de governança corporativa, suportadas pela Lei Sarbanes-Oxley (SOX) que foi

criada em resposta aos escândalos financeiros ocorridos neste país em empresas como Enron, WorldCom e Tyco.

Segundo Peleias, Segreti e Costa (2009), a respeito da SOX, as empresas que não são americanas e que possuem ações negociadas no mercado de capitais norte-americano, no caso emitem *American Depositary Receipts* (ADR's) e estão listadas na *New York Stock Exchange* (NYSE), estão submetidas a todos os princípios da lei em questão.

Por isso, subentende-se que, por estarem sujeitas a penalidades mais pesadas, as companhias brasileiras listadas na NYSE possuam uma maior transparência quanto às transações com partes relacionadas. Nessa concepção, considerou-se relevante testar esta variável no presente trabalho.

Para operacionalização da variável foi atribuindo 1 para as companhias listadas na NYSE e 0 para aquelas não listadas na referida Bolsa de Valores. Os dados foram obtidos no *site* da NYSE.

3.4.3 Nível de governança corporativa

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015, p. 20), a Governança Corporativa consiste em um sistema pelo qual as empresas e demais organizações “são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”.

Nesta perspectiva, para incentivar o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, a B3 possui os chamados Índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) que classificam as empresas em Níveis 1, 2 ou Novo Mercado, sendo o índice de Novo Mercado o mais alto padrão diferenciado de Governança Corporativa. As empresas que não adotam nenhum destes níveis são classificadas no segmento Tradicional da B3.

Gordon, Henry e Palia (2004) afirmam que a fraca estrutura de governança corporativa está diretamente associada com maiores valores que envolvem transações com partes relacionadas. O que justifica a inclusão desta variável para análise em pesquisas tratando de evidênciação de partes relacionadas.

Dado que a presente amostra desta pesquisa se refere às empresas mais negociadas da B3, espera-se que o nível de evidênciação das partes relacionadas seja positivamente relacionado com a adoção de níveis mais elevados de governança corporativa.

O estudo de Padilha e Souza (2017) verificou que as exigências de adequação no Nível 1 são semelhantes ao do segmento Tradicional de Governança Corporativa e que as exigências de adequações do Nível 2 e Novo Mercado são semelhantes. Dado que as

exigências de adequação a tais níveis são semelhantes, os segmentos Tradicional e Nível 1 foram classificados como TRN1 e os segmentos Nível 2 e Novo Mercado foram classificados como N2NM.

Dessa forma, a operacionalização da variável Governança Corporativa foi realizada por meio de uma variável Dummy na qual: foi atribuído 1 para as companhias que adotam Nível 2 ou Novo Mercado, e 0 para as companhias que adotam Nível 1 ou estão classificadas no segmento Tradicional da B3.

3.4.4 Comitê de Auditoria

Souza *et al.* (2015) relatam que a existência de um Comitê de Auditoria pode colaborar na inibição de possíveis conflitos de interesse por parte de gestores. De acordo com os autores, os agentes internos que possuem a responsabilidade de aplicar o dinheiro dos investidores (usuários externos), que consequentemente irão gerar benefícios futuros a estes investidores, devem realizar uma adequada evidenciação de onde foram aplicados esses recursos dos investidores, tanto nas demonstrações contábeis como nas Notas Explicativas.

Desta forma, a não evidenciação adequada ou a falta dela pode vir a gerar assimetria informacional, bem como possibilitar conflitos de interesses. Diante do exposto, considerou-se relevante analisar a variável existência de Comitê de Auditoria nesta pesquisa.

Para operacionalização da variável Comitê de Auditoria foi atribuindo 1 para as companhias que possuem Comitê de Auditoria e 0 para aquelas que não possuem. Os dados foram obtidos nas Notas Explicativas e no Formulário de Referência.

3.4.5 Tamanho

Braga, Oliveira e Salotti (2009) observaram que as variáveis mais recorrentes como fatores explicativos significativos, relacionados à divulgação, foram o tamanho da empresa e o setor de atuação. E, de acordo com as evidências encontradas em sua pesquisa, em conformidade com a teoria da divulgação, afirmaram que quanto maior o tamanho da empresa, maior o seu nível de evidenciação.

Por isso, espera-se que a variável tamanho possa ter alguma relação com a variável dependente evidenciação. Para operacionalizar a variável tamanho foi utilizado o Total do Ativo (em milhares de reais) transformando-o em logaritmo natural (LN). As informações pertinentes a esta variável foram obtidas no *site* da B3, no Balanço Patrimonial publicado pela respectiva companhia da amostra.

3.4.6 Rentabilidade do ativo

O estudo de Mazzioni, Di Domenico e Bedin (2014) teve como objetivo verificar o nível de evidenciação das informações obrigatórias acerca de ativos

intangíveis em empresas da B3, no exercício de 2011. Eles constataram, com relação ao conjunto de variáveis explicativas analisadas tais como rentabilidade, tamanho da empresa, crescimento, nível de governança corporativa, grau de intangibilidade e setor econômico, que a única que apresentou significância estatística com o grau de evidênciação foi a variável rentabilidade, ao nível de 5%. Ou seja, as empresas que possuíam maior rentabilidade apresentaram maior nível de evidênciação.

Nessa perspectiva, espera-se que a rentabilidade do ativo possa exercer alguma relação sobre o nível de evidênciação das partes relacionadas. Para operacionalizar a variável Rentabilidade foi utilizado o Retorno do Ativo (ROA). As informações pertinentes a esta variável foram obtidas no *site* da B3, no qual foram coletados o Lucro Líquido (LL) e o Total do Ativo (TA). A Rentabilidade foi medida através da seguinte fórmula: $(LL \times 100) / TA$.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Diante da amostra definida e de acordo com a Lista de Verificação, apresentada na metodologia através do Quadro 2, foi realizado o exame das Notas Explicativas quanto ao cumprimento das empresas nas divulgações com partes relacionadas, conforme está estabelecido no CPC 05 R1 (2010). A Tabela 2 demonstra as médias dos resultados obtidos quanto ao nível de evidênciação por setor de atuação.

Tabela 2: Média de evidênciação por setor de atuação.

Setor de Atuação	Quantidade	Representatividade (%)	Média Evidênciação (%)
Bens Industriais	10	13,16%	57,14%
Consumo Cíclico	20	26,32%	50,36%
Consumo Não Cíclico	10	13,16%	55,71%
Materiais Básicos	10	13,16%	59,29%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	4	5,26%	60,71%
Saúde	4	5,26%	42,86%
Telecomunicações	2	2,63%	57,14%
Tecnologia da Informação	1	1,32%	57,14%
Utilidade Pública	15	19,74%	59,52%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 2, das 76 empresas analisadas, o setor que possui maior representatividade é o setor Consumo Cíclico com um percentual de 26,32%, ou seja, é o setor que possui a maior concentração de empresas analisadas da amostra. No entanto, é um dos setores que possui menor média de evidênciação com partes relacionadas, com 50,36%, juntamente com o setor Saúde, com 42,86%.

Já o setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, que é um dos que possui menor representatividade entre as empresas, com 5,26%, é o setor que possui maior média de evidênciação com partes relacionadas, com 60,71%, seguido dos setores de Utilidade Pública e Materiais Básicos, com 59,52% e 59,29%, respectivamente.

Ressalta-se que alguns setores possuem pouca concentração de empresas pertinentes à amostra. É o caso dos de Telecomunicações com apenas duas empresas e do de Tecnologia da Informação com apenas uma. Porém este fator não é prejudicial à análise, dado que o setor de atuação das empresas não faz parte do conjunto de variáveis utilizadas para o modelo de regressão.

Na Tabela 3, é possível identificar o nível de evidenciação das empresas analisadas no que se refere ao exigido pelo CPC 05 R1 (2010), da divulgação de informações com partes relacionadas. A elaboração desta tabela visa destacar a forma como foram distribuídas as empresas com relação ao nível de evidenciação em cada setor de atuação.

Tabela 3: Nível de evidenciação em atendimento ao CPC 05 R1 (2010).

Itens da Lista de Verificação/companhia	Quantidade	Evidenciação
Nome da controladora direta	76	100%
Nome da controladora do nível seguinte da estrutura societária	18	23,68%
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	38	50,00%
Benefícios pós-emprego	34	44,74%
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	6	7,89%
Remuneração baseada em ações	43	56,58%
Natureza do relacionamento entre as partes relacionadas	73	96,05%
Montante das transações	60	78,95%
Montante dos saldos existentes (saldos a receber ou a pagar na data do encerramento do exercício social)	65	85,53%
Prazos e condições referentes garantias dadas e recebidas	23	30,26%
Natureza das garantias dadas ou recebidas	51	67,11%
Estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes	56	73,68%
Despesa reconhecida durante o período relacionada a dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas	38	50,00%
Valores incorridos pela entidade para a prestação de serviços de pessoal-chave da administração, que são fornecidos por entidade administradora separada.	4	5,26%
Participação de controladora ou controlada em plano de benefícios definidos que compartilha riscos entre entidades de grupo econômico	4	5,26%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Dos itens verificados, percebe-se que o mais evidenciado pelas empresas foi o “Nome da controladora direta”, com 100% de evidenciação. Na sequência, têm-se os itens “Natureza do relacionamento entre as partes relacionadas” e “Montante dos saldos existentes”, que representam 96,05% e 85,53% de evidenciação pelas empresas, respectivamente.

Os itens menos evidenciados pelas empresas analisadas foram “Benefícios de rescisão de contrato de trabalho”, com 7,89%, “Valores incorridos pela entidade para a prestação de serviços de pessoal-chave da administração, que são fornecidos por entidade administradora separada”, com 5,26% e por fim, “Participação de controladora ou controlada em plano de benefícios definidos que compartilha riscos entre entidades de grupo econômico”, também com 5,26% de evidenciação.

A seguir, está apresentada a Tabela 4 com a estatística descritiva das variáveis quantitativas, tais como Evidenciação, Tamanho e Rentabilidade do Ativo (ROA). A análise foi realizada através do *software Stata 13*.

Tabela 4: Estatística descritiva das variáveis quantitativas.

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Evidenciação (em %)	55,36%	13,91%	21,43%	85,71%
LN tamanho	16,26638	1,478704	9,995	20,5063
ROA (em %)	3,83%	14,71%	-86,20%	66,68%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Através da Tabela 4, percebe-se que o nível de evidenciação com partes relacionadas possui uma média de 55,36% referente a todos os itens analisados na amostra, sendo 21,43% o menor nível de evidenciação e 85,71% o maior nível de evidenciação entre as empresas analisadas. Vale destacar também que a variação da Rentabilidade do Ativo nas empresas analisadas ficou entre o mínimo de -86,20% e o máximo de 66,68%.

Conforme informado anteriormente, de acordo com o estudo de Padilha e Souza (2017), os segmentos Tradicional e Nível 1 foram classificados como TRN1 e os segmentos Nível 2 ou Novo Mercado foram classificados como N2NM. A Tabela 5 apresenta a média do nível de evidenciação com partes relacionadas associada ao nível de governança corporativa.

Tabela 5: Média do nível de evidenciação com partes relacionadas associada ao nível de governança.

Nível de Governança	Quantidade	Percentual	Média Evidenciação
TRN1	17	22,37%	58,40%
N2NM	59	77,63%	54,48%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

De acordo com a análise, pode-se constatar que a classificação N2NM detém maior concentração das 76 empresas analisadas, com 77,63%, ou seja, das 76 empresas analisadas, 59 fazem parte da classificação N2NM. Já a classificação TRN1, detém apenas 22,37% do total amostra, ou seja, das 76 empresas analisadas, apenas 17 fazem parte da classificação TRN1. No entanto, apesar de a classificação N2NM possuir a maior parte das empresas analisadas, as empresas de classificação TRN1 apresentaram maior relevância na média de evidenciação com partes relacionadas, com 58,40%.

A Tabela 6 apresenta os resultados quanto à média do nível de evidenciação com partes relacionadas associadas à negociação de ações na NYSE.

Tabela 6: Média do nível de evidenciação com partes relacionadas associadas à negociação de ações na NYSE.

ADRs na NYSE	Quantidade	Percentual	Média Evidenciação
Sim	18	23,68%	61,11%
Não	58	76,32%	53,57%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

No que concerne à quantidade de empresas que negociaram suas ações na NYSE, percebe-se que das 76 empresas analisadas, apenas 18 possuem ações negociadas na NYSE, a média do nível de evidenciação deste grupo é superior a 61% no que diz respeito a partes relacionadas, superando os 53,57% das 58 empresas que não negociam ADRs na NYSE. Este resultado corrobora com o estudo realizado por Nekhili e Cherif (2011), que em seus resultados constataram que as transações com partes relacionadas são influenciadas, entre outros fatores, pelo fato de estarem listadas na NYSE, ou seja, as empresas listadas na NYSE tendem a possuir uma maior transparência quanto às transações com partes relacionadas.

Na Tabela 7, constam as informações referentes à média de evidenciação com partes relacionadas associadas ao Comitê de Auditoria.

Tabela 7: Média do nível de evidenciação com partes relacionadas associadas ao Comitê de Auditoria.

Comitê de Auditoria	Quantidade	Percentual	Média Evidenciação
Sim	47	61,84%	55,62%
Não	29	38,16%	54,93%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

De acordo com os dados da Tabela 7, a maior parte das empresas constantes na amostra possui Comitê de Auditoria. Das 76 empresas analisadas, 47 possuem uma estrutura com Comitê de Auditoria. Quanto a média do nível de evidenciação, não é possível perceber uma tendência de maior nível de evidenciação pelo fato de possuir Comitê de Auditoria, considerando que a diferença das médias não foi significativa, sendo 55,62% referente as companhias que possuem o referido comitê e de 54,93% pertinente aquelas que não possuem um Comitê de Auditoria. A seguir, conforme consta na Tabela 8, estão apresentados os resultados pertinentes à regressão linear com todas as variáveis.

Tabela 8: Resultado da regressão com todas as variáveis.

Variável dependente: evidenciação				
Observações: 76				
Evidenciação	Coefficiente	Erro Padrão	T	Valor-P
Governança	0.0077563	0.0428211	0.18	0.857
LN_tamanho	0.0277356	0.0144551	1.92	0.059
ROA	0.1046897	0.1158922	0.90	0.369
ADR	0.028715	0.0452873	0.63	0.528
CAuditoria	-0.0021068	0.0329635	-0.06	0.949
Constante	0.0868233	0.2391291	0.36	0.718
F (5,70) = 2.36				
Valor p: 0.0486				
R ² : 0.1444				

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Conforme consta na Tabela 8, apesar de no conjunto o modelo ser significativo ao nível de 5%, individualmente apenas a variável LN_tamanho apresentou significância ao nível de 10%. As demais variáveis independentes não apresentaram

significância. Para obter um diagnóstico inicial do modelo apresentado na Tabela 8, foi realizada uma análise de multicolinearidade do modelo de regressão com todas as variáveis. Na Tabela 9 consta a matriz de correlação contendo todas as variáveis utilizadas no estudo.

Tabela 9: Correlação com todas as variáveis.

	Evidenciação	ADR	Governança	CAuditoria	ROA	LN_tamanho
Evidenciação	1.0000					
ADR	0.2320	1.0000				
Governança	-0.1184	-0.2951	1.0000			
CAuditoria	0.0035	0.0215	0.2612	1.0000		
ROA	0.1786	-0.1059	0.0388	-0.0740	1.0000	
LN_tamanho	0.3624	0.5509	-0.4002	0.0379	0.2570	1.0000

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Através da Tabela 9, é possível perceber a existência significativa de correlação, ao nível de 55,09%, entre as variáveis LN_tamanho e ADR. Greene (2003) explica que uma solução possível para o problema de correlação seria a exclusão de uma das variáveis e a realização de novos testes excluindo cada uma das variáveis que apresentaram correlação entre si.

Os testes realizados, de fato, apresentaram diferenças significativas nos modelos encontrados. Considerando que, nos resultados da primeira regressão, a variável ADR já havia demonstrado não ser individualmente significativa, ao contrário da variável LN_tamanho, o modelo de regressão mantendo a variável LN_tamanho e excluindo a variável ADR apresentou melhores resultados.

Na Tabela 10 estão dispostos os resultados, adquiridos no modelo final de regressão, excluindo a variável independente ADR e mantendo a variável independente LN_tamanho.

Tabela 10: Regressão sem a variável ADR.

Variável dependente: evidenciação				
Observações: 76				
Evidenciação	Coefficiente	Erro Padrão	T	Valor-P
Governança	0.0065233	0.0425964	0.15	0.879
LN tamanho	0.0327307	0.0120686	2.71	0.008
ROA	0.0830101	0.1102664	0.75	0.454
CAuditoria	-0.002341	0.0328224	-0.07	0.943
Constante	0.0142998	0.2091142	0.07	0.946
F (4,71) = 2.88				
Valor p: 0.0288				
R ² : 0.1395				

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Com a exclusão da variável ADR, houve uma melhora no modelo de regressão, dado que ao Valor-P da variável independente LN_tamanho passou a ser significativo ao nível de 5%, indicando que quanto maior o tamanho da empresa, maior o seu nível de evidenciação relativos as partes relacionadas. Este resultado corrobora com o estudo

de Braga, Oliveira e Salotti (2009) que, de acordo com as evidências encontradas e em conformidade com a teoria da divulgação, observaram que uma das variáveis mais recorrentes como fatores explicativos significativos relacionados à divulgação foi o tamanho da empresa.

Ao contrário do que era esperado, não foi encontrada uma relação significativa entre a variável independente Rentabilidade do Ativo e a variável dependente Evidenciação das partes relacionadas, assim como também não houve relação significativa com as outras variáveis independentes Governança Corporativa e Comitê de Auditoria.

Ainda visando demonstrar que o modelo não apresenta problema de multicolinearidade, foi realizada também a análise *Variance Inflation Factor* (VIF). Na Tabela 11 constam os resultados da estatística VIF.

Tabela 11: Estatística VIF.

Variáveis	VIF	1/VIF
Governança	1.36	0.734072
Tamanho	1.36	0.735925
ROA	1.12	0.888939
CAuditoria	1.12	0.891350
Média VIF	1.24	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Fávero (2015) explica que outra forma de diagnosticar a multicolinearidade é a estimação de regressões auxiliares, sendo uma delas o cálculo de estatística VIF que mede o quanto a variância dos coeficientes de regressão aumenta em função da multicolinearidade. De acordo com os resultados obtidos na Tabela 11, não há multicolinearidade no último modelo de regressão sem a variável independente ADR, dado que os valores do teste VIF foram inferiores a dois.

Para complemento da análise, foi realizado mais um teste de verificação no último modelo de regressão. O teste realizado foi o de Breusch-Pagan que, segundo Fávero (2015) verifica o nível de aceitação a hipótese nula de que os resíduos possuem homocedasticidade, ou seja, a inexistência de heterocedasticidade nos resíduos analisados. O resultado se deu pelo valor de Prob. > chi2 = 0.5408, indicando um nível de significância de 54,08%, inexistindo assim, o problema de heterocedasticidade no modelo de regressão.

5 CONCLUSÕES DA PESQUISA

Os resultados demonstraram que, em conjunto, as variáveis independentes se mostraram significativas para explicar o nível de evidenciação das partes relacionadas, todavia, na análise individual de cada uma delas apenas a variável ‘tamanho’ se mostrou significativa.

Tais resultados corroboram com o estudo de Braga, Oliveira e Salotti (2009) que, conforme as evidências encontradas, observaram que uma das variáveis mais recorrentes com fatores explicativos significativos relacionados à divulgação é o tamanho da empresa. Diferentemente dos resultados encontrados no estudo de Magalhães, Pinheiro e Lamounier (2011) e Knupp (2013) que, em suas pesquisas, não obtiveram influência significativa com a variável independente tamanho quando relacionada ao nível de evidenciação das partes relacionadas.

No que tange as variáveis independentes, Rentabilidade do Ativo, Governança Corporativa e Comitê de Auditoria, ao contrário do que era esperado, não foi encontrada uma relação significativa com a variável dependente evidenciação das partes relacionadas. Além disso, constatou-se que a média total de evidenciação das empresas analisadas foi de 55,36%, o que sugere que ainda há muito que melhorar na evidenciação das transações com partes relacionadas nas companhias analisadas, dado que todos os itens analisados são exigências do CPC 05 (R1).

Os itens menos evidenciados no presente estudo foram “Benefícios de rescisão de contrato de trabalho”, (7,89%), “Valores incorridos pela entidade para a prestação de serviços de pessoal-chave da administração, que são fornecidos por entidade administradora separada”, (5,26%) e “Participação de controladora ou controlada em plano de benefícios definidos que compartilha riscos entre entidades de grupo econômico” (5,26%). Já os mais evidenciados, das 76 empresas pertencentes a amostra, foram “Nome da controladora direta” (100%), “Natureza do relacionamento entre as partes relacionadas” (96,05%) e “Montante dos saldos existentes” (85,53%).

No que se refere ao setor de atuação das empresas, o setor de Consumo Cíclico, embora obtivesse a maior concentração das empresas analisadas, foi um dos setores com menor média de evidenciação (50,36%). O que não corrobora com a pesquisa de Magalhães, Pinheiro e Lamounier (2011) que, em seus resultados, constataram que as empresas relacionadas ao setor de Consumo Cíclico foram as que obtiveram maior nível de divulgação sobre partes relacionadas. A presente pesquisa constatou maior nível de evidenciação com partes relacionadas nos setores de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (60,71%), embora tenha sido um dos setores com menor representatividade entre as empresas, no setor de Utilidade Pública (59,52%) e de Materiais Básicos (59,29%).

Ressalta-se que os resultados desta pesquisa se limitam a amostra e período analisados, não podendo ser generalizados para outras empresas ou períodos diferentes. Neste contexto, dado a relevância do tema em questão e ao fato de que as empresas não apresentaram um nível de evidenciação adequado a todos os itens exigidos pelo CPC 05 (R1), como sugestão para pesquisas futuras, poderia ser realizada uma análise de uma quantidade maior de empresas em um período mais amplo de tempo para comparabilidade com relação a evolução da evidenciação das companhias.

REFERÊNCIAS

ALBANEZ, Tatiana; VALLE, Maurício Ribeiro do. Impactos da assimetria de informação na estrutura de capital de empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 51, p. 6-27, set./dez. 2009.

BACHIR, Otávio Augusto Alves. **Um Estudo sobre o Nível de Evidenciação nas Demonstrações Financeiras em Casos de Combinações de Negócios no Brasil nos Anos de 2010 e 2011**. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Fundação Getúlio Vargas - Escola e Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2013.

BELO, Neuza Maria; BRASIL, Haroldo Guimarães. Assimetria informacional e eficiência semiforte do mercado. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, p. 48-57, nov./dez. 2006.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BORGERTH, Vânia Maria Costa da. **SOX entendendo a lei sarbanes-oxley: um caminho para a informação transparente**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BRAGA, Josué Pires; OLIVEIRA, José Renato Sena; SALOTTI, Bruno Meirelles. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 3, n. 3, p. 81-95, 2009.

BRAMMER, Stephen; PAVELIN, Stephen. Factors influencing the quality of corporate environmental disclosure. **Business Strategy and the Environment**, v. 17, p. 120- 136, 2008.

CHEUNG, Yan-Leung; RAU, Raghavendra; STOURAITIS, Aris. Tunneling, propping, and expropriation: evidence from connected party transactions in Hong Kong. **Journal of Financial Economics**, v. 82, n. 2, p. 343-386, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1)**. – Divulgação sobre Partes Relacionadas. 2010. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 14 mar. 2017.

FÁVERO, Luiz Paulo. **Análise de dados**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier. 2015

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GORDON, Elizabeth A.; HENRY, Elaine; PALIA, Darius. *Related Party Transactions: Associations with Corporate Governance and Firm Value*. 2004. **SSRN Electronic Journal**. Disponível em: <http://www.ssrn.com>. Acesso em: 11 set. 2017.

GREENE, William H. **Econometric analysis**. Pearson education India, 2003.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. - São

Paulo, SP: IBGC, 2015. Disponível em: [http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/codigoMP_5edicao_baixa\[1\].pdf](http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/codigoMP_5edicao_baixa[1].pdf) . Acesso em: 11 set. 2017.

INFOMONEY. Petrobras terá baixas contábeis por corrupção de r\$ 10 bilhões em balanço, diz o globo. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/petrobras/noticia/3820839/petrobras-tera-baixas-contabeis-por-corrupcao-bilhoes-balanco-diz-globo>. Acesso em: 27 mai. 2017.

KNUPP, Paulo de Souza. **Determinantes no montante das Transações entre Partes Relacionadas das 100 maiores companhias brasileiras de capital aberto**. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

LOPES, Alexsandro Brodel; MARTINS Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MAGALHÃES, Renata Luciana dos Reis; PINHEIRO, Laura Edith Taboada; LAMOUNIER, Wagner Moura. Fatores que favorecem a compreensão da extensão da divulgação sobre partes relacionadas – estudo nas companhias listadas no novo mercado da BM&FBOVESPA. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 22-37, 2011.

MALACRIDA, Mara Jane Contrera, YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 17 Edição Comemorativa, p. 65-79, set. 2006.

MATOS, Óscar Miguel da Silva Pinto de; GALDI, Fernando Caio. O impacto das transações com partes relacionadas na performance operacional das companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 84-97, mai./ago. 2014.

MAZZIONI, Sady; DI DOMENICO, Daniela; BEDIN, Hevelyn Nunes. Evidenciação de informações dos ativos intangíveis em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista GEINTEC-Gestão, Inovação e Tecnologias**, v. 4, n. 5, p. 1501-1520, 2014.

NASCIMENTO, Leonardo Silveira do; SANTO, Sérgio Pereira do Espírito; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. Relação entre evidenciação contábil dos investimentos públicos e assimetria informacional. **Revista Reuna**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 33-52, jul./set. 2012.

NEKHILI, Mehdi; CHERIF, Moêz. Related parties transactions and firm's market value: the French case. **Review of Accounting and Finance**, v. 10, n. 3, p. 291-315, ago. 2011.

PADILHA, Leticia; SOUZA, Máira Melo de. Consolidação das demonstrações contábeis nas companhias de capital aberto brasileiras: uma análise da relação entre o nível de transparência e a governança corporativa. In: ENCONTRO CATARINENSE DE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 15, 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, CRCSC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/183737/Let%c3%adcia%20Padilha.pdf.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 set. 2017.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SEGRETI, João Bosco; COSTA, Catarina de Araújo. Comitê de auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras emitentes de *American Depositary Receipts-ADRs*. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, 2009.

PEREIRA, Anísio Cândido et al. **Evidenciação contábil**: análise do nível de divulgação das demonstrações contábeis por empresas do estado de Goiás. In: IX Congresso Internacional de Custos - Florianópolis, SC, Brasil - 28 a 30 de novembro de 2005.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras**. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, São Paulo, n. 36, p. 7 - 20, set./dez. 2004.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da; PRADO, Viviane Muller; SASSO, Rafael. Related party transactions: legal strategies and associations with corporate governance and firm value in Brazil. 2008. **SSRN ElectronicJournal**. Disponível em: <http://www.ssrn.com>. Acesso em: 11 set. 2017.

SOARES, Leandro Vieira. A contribuição da evidenciação de informações nas demonstrações contábeis, no âmbito do mercado de ações da BM&FBOVESPA. In: VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – 2010.

SOUZA, Máira Melo de; BORBA, José Alonso; WUERGES, Artur Filipe Ewald; LUNKES, Rogério João. Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 11, n. 2, p. 06-24, abr./jun. 2015.

SOUZA, Máira Melo de; KNUPP, Paulo de Souza; BORBA, José Alonso. Características associadas às transações com partes relacionadas nas empresas de capital aberto brasileiras. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 124 - 137, set./dez. 2013.